

Embaixada de Portugal no Luxemburgo



Informações úteis para cidadãos portugueses em situação de risco no Luxemburgo

As informações aqui enunciadas serão objeto de atualização regular por parte da Embaixada, não podendo ser dispensada a consulta das páginas oficiais do Governo luxemburguês.

Este documento foi elaborado para responder às principais dúvidas dos cidadãos portugueses em situação de risco no Luxemburgo, bem como servir de orientação às associações portuguesas do Grão-Ducado que os apoiam, com foco nos seguintes temas:

1. Habitação
2. Trabalho não declarado e/ou ilegal
3. Alimentação
4. Saúde

Os cidadãos portugueses em situação de risco devem, em primeiro lugar, procurar apoio e aconselhamento junto dos gabinetes sociais dos municípios da sua área de residência (“*office social*”, cujos contactos podem ser consultados em <https://mfamigr.gouvernement.lu/fr/publications/annuaire-releve/OS.html>).

Também algumas associações portuguesas, embora com recursos limitados, recebem e encaminham cidadãos portugueses em situação de risco, procurando ajudar a mitigar as suas dificuldades.

1. Habitação:

O Ministério da Habitação prevê a atribuição de uma subvenção de renda (*allocation de vie chère*) às famílias com baixos rendimentos, arrendatárias no mercado privado no Luxemburgo, cujo valor depende do rendimento e da composição do agregado familiar.

Para mais informações, poderá contactar o “*guichet unique des aides au logement*” pelo telefone 8002 10 10 ou pelo e-mail: info@ml.etat.lu

Os proprietários com empréstimos bancários e em dificuldades financeiras, poderão negociar com o banco as condições de reembolso do crédito, conforme publicitado por várias instituições bancárias. Não existe, contudo, para a entidade bancária, uma obrigatoriedade legal de negociação de crédito. Mais informações em: <https://guichet.public.lu/fr/citoyens/logement.html>

2. Trabalho não declarado e/ou ilegal

Os cidadãos portugueses contratados através de anúncios colocados por angariadores cuja credibilidade, de um modo geral, pode oferecer sérias dúvidas, pagando um salário ou facultando condições de alojamento que não correspondem aos prometidos, são encorajados, em caso de serem vítimas de dolo ou engano, a apresentar queixa na Inspeção do Trabalho e Minas do Ministério de Trabalho luxemburguês (<https://itm.public.lu/fr.html>) e junto dos serviços da Embaixada de Portugal (tel: 46 61 90 1; email: luxemburgo@mne.pt)

3. Alimentação

Os cidadãos portugueses em situação de risco poderão recorrer à Cruz Vermelha (<https://www.croix-rouge.lu/fr/>), à Caritas (<https://www.caritas.lu/>) e à Stëmm vun der Strooss, (<http://stemm.lu/>) que prestam apoio em vários domínios, nomeadamente financeiro, alimentar (acesso às mercearias sociais e refeições a preço reduzido nas cidades do Luxemburgo, Ettelbruck e Esch-sur-Alzette) e social (vestuário e acolhimento nos *Foyers*).

O Ministério da Família e da Integração organiza, desde 2001, a iniciativa *Wanteraktioun (WAK)*, que visa garantir acolhimento durante a noite e alimentação a todas as pessoas sem outra alternativa. A WAK decorre, em regra, de 1 de dezembro a 31 de março.

Os cidadãos com comprovadas dificuldades financeiras poderão recorrer, após autorização prévia dada pelos gabinetes sociais dos

municípios da sua área de residência, às mercearias sociais *Cent Buttek* para aquisição de bens de primeira necessidade a um preço simbólico de 2€ por cada visita à loja, com um máximo de uma vez por semana.

A *Stëmm Caddy* distribui, mensalmente, bens alimentares a pessoas desfavorecidas, colaborando com várias associações locais na identificação de beneficiários.

Nas 12 lojas sociais geridas pela Caritas e pela Cruz Vermelha, os produtos em venda estão disponíveis a um preço mais acessível do que no mercado tradicional. Mais informações em:

<https://www.caritas.lu/precarite-au-luxembourg/services/epiceries-sociales>

<https://www.croix-rouge.lu/fr/service/les-croix-rouge-buttek/>

<http://www.centbuttek.lu/>

4. Saúde

O acesso aos cuidados de saúde de emergência é garantido a todos os cidadãos portugueses no Luxemburgo, independentemente da sua situação.

No caso do cidadão não beneficiar de nenhuma cobertura médica (CNS, CESD ou outro), poderá recorrer aos serviços dos Médicos do Mundo (<https://medecinsdumonde.lu/fr>) para as consultas de rotina, receitas médicas e cuidados dentários.

Nota: O Provedor de Justiça - *Ombudsman* (<http://www.ombudsman.lu/>) é a entidade competente para receber as reclamações relativas ao acesso e funcionamento das instituições públicas luxemburguesas.